

Dilemas da profissionalização e do ensino de jornalismo no Brasil

Dilemmas of professionalization and education of journalism in Brazil

Dilemas de la profesionalización y la enseñanza del periodismo en Brasil



Otávio Daros

otavio.daros@gmail.com

Recebido em: 22/09/2024

Aceito em: 10/10/2024

DOI: 10.46952/rebej.v15i34.1280

RESUMO

Escrutinar as relações entre a classe profissional e o mundo acadêmico do jornalismo é a proposta deste artigo, que realiza um exercício de reconstrução histórico-sociológica dos eventos ocorridos no Brasil entre 1969 e 2013. Chama-se atenção, por um lado, para as pressões e resistências por parte do empresariado de mídia e até de jornalistas renomados quanto à obrigatoriedade de diploma defendida pelos sindicatos; e, por outro, para as disputas e reivindicações, no interior da comunidade de professores e pesquisadores da área, pela emancipação do ensino de jornalismo em relação ao domínio da comunicação. Esses são alguns dos desafios e paradoxos explorados ao longo da presente análise.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalistas. Ensino de jornalismo. Mercado profissional.

ABSTRACT

The purpose of this article is to examine the relationships between the professional class and the academic world of journalism, by carrying out an exercise in historical-sociological reconstruction of the events that occurred in Brazil between 1969 and 2013. Attention is drawn, on the one hand, to the pressures and resistance from the media industry and even renowned journalists regarding the mandatory diploma advocated by the unions; and, on the other, to the disputes and demands, within the community of professors and researchers in the area, for the emancipation of journalism education in relation to communication studies. These are some of the challenges and paradoxes explored throughout this analysis.

KEYWORDS

Journalists. Journalism education. Professional market.

RESUMEN

Escudriñar las relaciones entre la clase profesional y el mundo académico del periodismo es el propósito de este artículo, mediante la realización de un ejercicio de reconstrucción histórico-sociológica de los hechos ocurridos en Brasil entre 1969 y 2013. Se llama la atención, por un lado, a las presiones y resistencias del empresariado mediático e incluso de reconocidos periodistas frente a la obligatoriedad del diploma defendido por los sindicatos; y, por el otro, por las disputas y demandas, al interior de la comunidad de docentes e investigadores del área, por la emancipación de la enseñanza del periodismo en relación al dominio de la comunicación. Estos son algunos de los desafíos y paradojas exploradas a lo largo de este análisis.

PALABRAS CLAVE

Periodistas. Enseñar periodismo. Mercado profesional.

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo



1 INTRODUÇÃO

Aparentemente é consenso que “temos de descobrir como reunir a profissão, o ensino e a pesquisa”, como costuma afirmar Barbie Zelizer (2007, p. 26). No mundo ideal, a indústria de mídia reconhece o pessoal qualificado formado pelas universidades e, ao investir em agentes de conhecimento e inovação, garante a longevidade dos seus negócios com responsabilidade social. Ao mesmo tempo, as escolas de comunicação tendem a se beneficiar quando o ambiente econômico em que se inserem é de crescimento. Uma quantidade maior de estudantes é captada, ampliando o corpo docente e obtendo mais recursos para desenvolvimento de pesquisa de ponta. Sob essa lógica, os campos acadêmico e profissional se retroalimentariam, um impactando o outro diretamente.

Recorrendo à reconstrução histórico-sociológica, o presente trabalho se propõe a problematizar esse entendimento, analisando parte do intrincado jogo de relações entre a categoria profissional dos jornalistas e o mundo acadêmico do ensino e da pesquisa. Quer-se aqui mostrar como o assunto comporta paradoxos que vão muito além das diferenças entre normas e práticas jornalísticas (MELLADO, 2020), à medida que, como será argumentado, a depender do seu contexto de estruturação, os campos profissional e acadêmico podem operar com maior ou menor margem de autonomia, sem que haja necessariamente uma interconexão permanente entre eles.

O Brasil foi por 40 anos um dos raros países em que a regulamentação da profissão foi baseada na exigência de diploma superior. Enquanto vigorou, tal política comportou linhas de interpretação bem diferentes sobre o assunto, algumas com inclinação protecionista, outras mais liberais, cada qual com sua ênfase e preocupação para o aperfeiçoamento da democracia nacional. Na visão de alguns pesquisadores e jornalistas a favor da antiga exigência, ela se justificaria, por exemplo, porque:

o Brasil tem larga tradição de concessão de emissoras de rádio e TV como moeda política, o que não acontece acima da linha do Equador; o sistema de comunicação brasileiro é apoiado em oligopólios comerciais e oligarquias políticas, o que nem sempre se dá lá fora; [...] as comparações podem ser feitas aqui e acolá, mas regulamentação profissional deve ser entendida como avanço e não retrocesso. (CHRISTOFOLETTI, 2002, p. 108)

Sem relativizar a importância da profissionalização e seus ganhos a duras penas, outros estudiosos problematizam aspectos tais como:

apesar de ter por referência o modelo liberal similar ao norte-americano, o profissionalismo no Brasil foi modulado por uma lógica autoritária e corporativa na qual, por um lado, o indivíduo anônimo e/ou cidadão comum é tido como um interlocutor fundamental e principal destinatário da produção noticiosa. De outro, ele é excluído dessa mesma produção sob a alegação de que ela é importante demais para a democracia e essa responsabilidade deve caber exclusivamente ao jornalista graduado camuflando, assim, o uso desta exigência como uma reserva de mercado. (ROXO, 2014, p. 3)

Fato é que essas questões não dizem respeito apenas ao processo de profissionalização em si, uma vez que também implicam na formação do campo

acadêmico, a nível nacional. Perto da derrubada da exigência de diploma para exercício da profissão, já existiam em funcionamento no Brasil mais de 300 cursos superiores de jornalismo (LAGO; ROMANCINI, 2010). O que não nos parece, contudo, suficiente para assumir de antemão que a recíproca seja verdadeira: o trabalho acadêmico como um fator decisivo no desenvolvimento da indústria de mídia.

Para abordar a problemática, busca-se esboçar uma síntese sócio-histórica das relações entre as esferas profissional, sindical e universitária, cujo exame está amparado em depoimentos, relatos memorialísticos e artigos de opinião, de autoria de diferentes agentes com protagonismo nos referidos meios. O período analisado vai de 1969 até 2013, abarcando não só o debate público em torno da exigência do diploma para jornalistas, mas também atentando para as disputas ocorridas no interior da comunidade acadêmica que, depois de quatro décadas, levaram à separação curricular entre “jornalismo” e “comunicação” em nível de graduação.

As duas primeiras seções trazem, respectivamente, os antecedentes e o desenvolvimento da profissionalização e do ensino em jornalismo, em meio a ditaduras, ora acompanhadas de políticas trabalhistas, ora de censura aos meios de comunicação, para não falar em reformas universitárias, como a de 1968. Implantou-se naquele contexto a obrigatoriedade do diploma para jornalistas, visto por alguns como um mecanismo de controle e por outros como uma conquista da classe. Apesar de haver brechas, as escolas de jornalismo tornaram-se parada obrigatória para quem desejasse seguir carreira na área e, ao mesmo tempo, alvo de críticas da velha guarda — para quem, em geral, “jornalismo não é ciência, na melhor das hipóteses pode ser arte” e “depende do talento inato de quem o pratica”, nas palavras de Mino Carta (2001), editor-fundador das revistas *Veja* e *Carta Capital*.

Divergindo de entendimentos do tipo, emergiram no país entidades jornalísticas de professores e pesquisadores com o intuito não só de promover a institucionalização da pesquisa especializada, mas emancipá-la do ensino da comunicação. Uma das conquistas do coletivo foi a refundação curricular dos cursos de jornalismo, que deixaram de ser parte do bacharelado em comunicação social, embora o inverso permaneça como tendência nos níveis de mestrado e de doutorado. As últimas seções questionam a aparente falta de conexão entre os projetos de graduação e pós-graduação, além de sua relevância para um mercado de mídia em reconfiguração, com a diminuição de postos estritamente jornalísticos (TAVARES; XAVIER; PONTES, 2021), em convergência com outros ofícios e competências.

2 A emergência do jornalismo como profissão e campo de formação

Ao longo do século XIX e das primeiras décadas do seguinte, as profissões com real reconhecimento no Brasil — um país de herança escravocrata que recém havia se tornado republicano — eram basicamente medicina, engenharia e advocacia (COELHO, 1999). Atividade mais ou menos intrínseca à intelectualidade ilustrada, o jornalismo era especialmente praticado por estudantes e bacharéis daquele último segmento, o do direito. Sem se constituir em um ofício autônomo, o ser jornalista em muito e por muito se confundiu com o literato (COSTA, 2005), ao mesmo tempo que a imprensa era tida por ambos como uma plataforma para se lançar na carreira política.

Isso não significa que não houvesse expectativas por parte dos sujeitos que trabalhavam nos periódicos no sentido de estabelecer uma profissão própria. Seguindo o caso da Argentina, que desde o fim do século XIX contava com um *Círculo de la Prensa*, fundara-se no Rio de Janeiro, em 1908, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), visando assegurar à classe capacitação, assistencialismo e liberdade para a prática jornalística. Seu fundador, Gustavo de Lacerda (1854-1909) personificava a visão missionária e socialista de que o jornalismo deveria ser exercido como um sacerdócio, e que os jornais e revistas não deveriam ser convertidos em meras empresas de lucro a seus acionistas (MOREL, 1985).

O processo de profissionalização dos jornalistas brasileiros insere-se em um quadro maior de modernização do Estado nacional pós-1930. Se ao longo da República Velha (1889-1930), os trabalhadores urbanos organizaram movimentos associativos e outras formas de protesto, seria apenas com a ascensão de Getúlio Vargas que eles passariam a ter seus direitos reconhecidos e amparados pela lei. O novo governante mesclou autoritarismo e corporativismo para em um só tempo conquistar amplo apoio entre as camadas populares, conter o movimento anarquista e neutralizar os partidos políticos de oposição (GOMES, 2005).

Vistos como órgãos de colaboração com o poder público, os sindicatos proliferaram, mas ficaram submetidos ao controle do Estado. As primeiras entidades do tipo para jornalistas datam dos anos 1930 e, na década seguinte, com o intuito de unificar nacionalmente os laços da classe, inaugurou-se a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) — que hoje reúne mais de 40 mil associados em 31 sindicatos. Como observa Adísia Sá (1999, p. 43), porém, a realidade era outra no início do século XX: “a atividade do jornalista era objeto de leis que diziam respeito à imprensa, até 1938”, quando houve a primeira regulamentação da profissão, a qual definia “o jornalista como o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias”.

Não foi, todavia, um pacto de mão única com a classe jornalística, que passou a ter assegurado direitos como salário mínimo, jornada de trabalho de cinco horas etc. Isso porque o governo varguista também fomentou a modernização das empresas de mídia e distribuiu benesses ao empresariado e a quem mais viesse a colaborar com o regime. O tratamento oposto foi aplicado a seus críticos, inclusive causando o empastelamento de publicações. Durante o Estado Novo (1937-1945), isso se deu sistematicamente por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que serviu como instrumento de censura e propaganda (CAPELATO, 1998).

O legado varguista para o campo da educação não foi menos ambíguo. O governo deu vida curta à Universidade do Distrito Federal (1935-1939), dirigida por Anísio Teixeira (1900-1971) e que previa, dentro da Faculdade de Filosofia e Letras, a criação da primeira cátedra de jornalismo no país. A ser coordenado pelo jornalista Costa Rego (1889-1954), o projeto se diferenciava das escolas técnicas que começavam a ser organizadas na América Latina. No avaliar de Raymond B. Nixon (1970, p. 14), “seu propósito era mais estudar o jornalismo como fenômeno social e literário, de acordo com a tradição europeia, do que treinar jornalistas”.

Para compensar, em 1943, o governo introduziu o jornalismo no sistema nacional de ensino superior. O primeiro curso foi projetado no âmbito da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFil) no Rio de Janeiro, prevendo a cooperação da Associação

Brasileira de Imprensa e dos sindicatos, tanto das categorias de empregados quanto de empregadores. Contudo, a escola levou cinco anos para se estruturar e receber as primeiras turmas de alunos. Nesse meio-tempo, na cidade de São Paulo começou a funcionar a Faculdade de Jornalismo Casper Líbero (FCL), criada em 1947.

Dada a pouca complexidade de operação desses estabelecimentos pioneiros, naturalmente houve abertura para a participação dos diferentes setores envolvidos, inclusive lideranças das empresas jornalísticas. O fato de renomados homens de imprensa como Carlos Rizzini (1898-1972), Danton Jobim (1906-1978) e Pompeu de Sousa (1914-1991) terem sido contratados para encabeçar as escolas trouxe a estas alguma credencial profissional. Mas seguiu havendo, entre o pessoal nas redações, enorme preconceito em relação à importância da formação universitária para o exercício da atividade, tida como uma vocação. Nas palavras do próprio Rizzini (1953, p. 45), docente tanto da escola carioca quanto paulista, o bacharelado de jornalismo gerava “incredulidade dos profissionais”, que não viam “vantagens num ensino que pensam não lhes ter feito falta”.

Em pese tal desconfiança, há que se reconhecer que a elevação do jornalismo a grau universitário, em um contexto de industrialização do país e modernização da imprensa, beneficiou o avanço da profissionalização. Corroboram com isso o relato do jornalista Mario Hora, ao fazer um balanço da sua experiência de 48 anos no meio:

Quem quer que lance um olhar para meio século de existência de nossa imprensa, a contar de 1900, há de ficar maravilhado com o progresso e a evolução por ela conquistados. A profissão considerada então um “bico” é, hoje, um meio de subsistência [...]. Como ponto alto dessa evolução criaram-se as escolas de jornalistas nas universidades de onde saem com um preparo teórico profissional e uma cultura indispensável os moços que se destinam a renovar os quadros redacionais (HORA, 1959, p. 14-15)

Em suma, visualizam-se pontos de convergência entre os processos de modernização da imprensa, profissionalização e ensino da atividade em meados do século 20, mesmo que universidade e indústria não estivessem integradas. Porém também existiram tensões. Nas Faculdades de Filosofia, os cursos de jornalismo eram vistos como um corpo estranho, ao mesmo tempo que predominava a desconfiança entre os profissionais nas redações em relação ao ensino universitário para atuação jornalística. Ademais, trata-se de uma época na qual não se registra produção de pesquisa acadêmica no referido âmbito (DAROS, 2023, 2024), em muito reduzindo as possibilidades de transferência de conhecimento entre os setores.

3 A obrigatoriedade do diploma para atuação profissional

Mudanças significativas nesse quadro se deram a partir da segunda metade da década de 1960. Após um período de crescimento econômico e estabilidade política — representado pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) —, mas que não perdeu, veio o Golpe Militar de 1964. Uma vez que “a maioria dos proprietários de jornal encampava as ideias do liberalismo econômico”, não surpreende que a grande imprensa “foi um dos suportes estratégicos do movimento que derrubou o regime

constitucional”, tampouco que os empresários do setor “abdicaram de sua crença na liberdade individual e aceitaram a centralização do poder nas mãos dos militares” (ABREU, 2002, p. 13), ficando sujeitos a censura, a fim de obterem financiamentos para modernização de seus empreendimentos.

A relação do governo com os jornalistas não foi menos complexa. Por 20 anos, os profissionais dos meios de comunicação tiveram de trabalhar sob um regime de patrulha ideológica e repressão à liberdade de expressão, em meio a casos de prisão e tortura. Paradoxalmente ou não, durante a fase mais pesada da ditadura, que se estendeu da presidência do general Costa e Silva (1967-1969) a Emílio Médici (1969-1974), reivindicações antigas por maior status pelas associações jornalísticas foram atendidas. A principal delas foi o decreto-lei de 1969, que impôs a obrigatoriedade de grau acadêmico de jornalismo, reconhecido pelo Ministério da Educação, para o exercício profissional.

Como assinalado por Albuquerque (2006), embora a regulamentação da profissão fosse prospectada pelos sindicatos, em se tratando de um governo autoritário, que inclusive torturou jornalistas e sindicalistas, é “muito mais provável supor que ele quisesse manipular essa demanda em proveito de seus próprios interesses”. Até porque, naquela altura, “grassava, entre as autoridades do regime, a preocupação com relação à forte presença de comunistas dentre os jornalistas das salas de redação de inúmeros jornais” (p. 83) — para não falar de outros espaços públicos (ver RÜDIGER; DAROS, 2020).

Fato é que, posta a perspectiva, surgiria uma reserva de mercado, impedindo que quem não tivesse formação na área viesse a ocupar posição como jornalista. Caberia aos próprios sindicatos comunicar às autoridades competentes quando não houvesse o cumprimento da lei. Quem não ficou, obviamente, satisfeito foi o patronato, para quem a ação do governo para agradar as bases profissionais resultava em uma perda de autonomia. Algumas das maiores empresas do setor nacional tentaram reverter a medida, vista “como uma exigência corporativa e antiquada a uma sociedade que caminhava para ser liberal e fundamentada nos parâmetros de mercado” (ROXO, 2014, p. 17).

Após o restabelecimento da democracia em 1985, a discussão em torno da questão se intensificou sendo levada ao Congresso. A campanha contra a obrigatoriedade do diploma universitário de jornalismo uniu lideranças dos principais jornais diários do país. Seu principal porta-voz foi Otávio Frias Filho (1957-2018), então diretor de redação da *Folha de S. Paulo* e filho do dono da empresa:

Eu acho que o futuro da imprensa de qualidade no Brasil depende de se garantir o acesso de profissionais das áreas de ciências humanas ao jornalismo. Exceto no caso de autodidatas, que não é um caso frequente, é praticamente impossível que uma pessoa formada apenas em comunicações possa fazer um jornalismo analítico mais aprofundado, crítico. E por isso que a imprensa vive publicando “press-releases”: uma pessoa sem formação em economia, por exemplo, não tem condições de fazer uma entrevista crítica com um empresário; salvo aqueles casos excepcionais, uma pessoa sem formação em letras não pode escrever um texto mais denso sobre Drummond. (FRÍAS FILHO, 1987)

Essa linha de raciocínio foi seguida por outros, como o então editor-chefe do *O Estado de S. Paulo*, Luciano Ornelas (1987), para quem “o Brasil deve partir para a modernidade como os países da Europa, onde há escolas de jornalismo e não há nenhuma lei que exija o diploma. Prevalece o livre mercado, o do talento. [...] Escola nenhuma ensina talento a ninguém”. O editor de política do *Jornal do Brasil*, Marcelo Pontes (1987) ainda afirmaria: “A maioria dos bacharéis [de jornalismo] é realmente muito despreparada, não têm a menor intimidade com o português. O fato de as escolas serem assim deixa as empresas jornalísticas um pouco ‘amarradas’ na contratação de bons profissionais e impede a renovação de seus quadros”.

No outro lado do campo de batalha, não faltaram figuras gabaritadas. Presidente por décadas da ABI, Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000) empenhou-se no debate público sobre a questão. Para ele, o diploma universitário “é uma condição para estimular os candidatos, ao mesmo tempo que vale como proteção aos que o possuem, e lutam justamente pela preservação de seu mercado de trabalho”, de modo que “o jornalismo é e nunca deve deixar de ser uma profissão, tão especializada como qualquer outra” (Barbosa Lima Sobrinho, 1981, p. 3).

Entre inúmeros jornalistas e acadêmicos que, a despeito de não pensarem necessariamente da mesma forma, apoiaram em comum a campanha pró-diploma, pode-se destacar: Alberto Dines (1932-2018), fundador do *Observatório da Imprensa*, bem como as lideranças dos departamentos de jornalismo das duas principais universidades do país: José Marques de Melo (1943-2018) na Universidade de São Paulo (USP), e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Muniz Sodré (1942-) e Nilson Lage (1936-2021). Este último, quando coordenador do curso de jornalismo da instituição carioca, especulou sobre a ligação entre a campanha de derrubada da exigência do diploma e os interesses da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP):

Há coisa de dez anos, as grandes empresas de comunicação latino-americanas, que obedecem à orientação da SIP, iniciaram campanha contra o registro profissional dos jornalistas e, em particular, contra a formação universitária especializada. [...] Reserva de mercado quem tem são eles, os donos de meios de comunicação, que monopolizam a informação pública de maneira absolutamente ilegítima e imoral, beneficiando-se de ditaduras e tiranias, criando um sistema cartorial de concessões por amizade e embolsando subsídios [...]. (LAGE, 1986, p. 9)

E houve quem conseguiu desagradar a ambos os lados, inclusive entre os jornalistas de esquerda. Esse aparentemente foi o caso de Cláudio Abramo (1923-1987), que se reivindicava trotskista, ao mesmo tempo que foi responsável pela modernização de alguns dos principais órgãos do que denominava “imprensa nacional burguesa”. Para ele, “o ideal seria ter nas redações economistas, sociólogos ou médicos que, além do curso específico, tivessem uma pós-graduação em jornalismo” (ABRAMO, 1988, p. 249). Mas fazendo a seguinte ponderação:

Sempre fui um dos primeiros críticos da escola de jornalismo, mas agora vejo tanta gente mobilizada contra ela que acabo desconfiado. Tudo isso tem a finalidade de tirar o último elo da espinha dorsal, já bastante flexível, do jornalista. Minha posição hoje é de defesa da escola, embora reconheça que ela seja precária. Isso precisa ser muito bem analisado pelos próprios

jornalistas e pelo seu sindicato, que, aliás, tem uma atitude muito pouco positiva nesse assunto, porque não examina a questão em profundidade. (ABRAMO, 1988, p. 252)

Opiniões à parte, fato é que a exigência do diploma universitário gerou um aumento expressivo dos cursos de jornalismo pelo país. Para se ter uma noção mais precisa, até 1969, ano da publicação da lei, eram apenas 20 cursos de jornalismo, passando para 51 na década seguinte. E próximo da virada para a década de 2000, esse número já havia dobrado mais uma vez (LAGO; ROMANCINI, 2010). Portanto, a luta pró-diploma não pode ser dissociada da preocupação de manutenção desse quadro, que em muito beneficiou o desenvolvimento da carreira docente em jornalismo e comunicação em todos os estados.

No interior da comunidade acadêmica, não faltaram, entretanto, discordâncias sobre os rumos tomados pela área de ensino. Isso porque, no Brasil, entrado e saído do regime militar, seguiu-se a orientação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por meio do Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL), no sentido de converter as escolas pioneiras de jornalismo em faculdades de comunicação. Paralelamente, o jornalismo perdera o status de bacharelado e se tornou — tal como publicidade e propaganda, relações públicas etc. —, uma habilitação do curso de comunicação social (MOURA, 2002; DAROS, 2022).

Esse projeto, anos depois de implantado, veio a ser criticado fortemente por parcela do pessoal da área, pois desconfiguraria o ensino do jornalismo e sua identidade profissional em prol da figura genérica do “comunicador social” ou, no plano acadêmico, do “comunicólogo” (MEDITSCH, 1999). A essa altura, no entanto, a dissincronia entre formação universitária e atuação profissional já estava instalada: enquanto as empresas jornalísticas se viram obrigadas a contratar jornalistas diplomados por supostamente possuírem conhecimento técnico e teórico especializado do ponto de vista jornalístico, as faculdades passaram a se desenvolver no marco dos estudos de comunicação, tratando o jornalismo e outras atividades de mídia como matéria secundária. Em resumo, academicamente fomentava-se a identidade de comunicador e profissionalmente a de jornalista.

4 O fim da exigência do diploma e a autonomização do ensino de jornalismo

A situação que se gerou não foi a mais benéfica para o desenvolvimento da pesquisa em jornalismo. Entre o fim das décadas de 1940 e 1960, quando os primeiros cursos de jornalismo foram inaugurados pelo país, não havia estrutura nem apoio para produzir pesquisa acadêmica dentro da universidade brasileira. A primeira leva de programas de mestrado e doutorado data dos anos 1970 e 1980, quando a área já operava sob o marco da “comunicação social”. Ou seja, como a redução do jornalismo a um subcampo antecedeu — pelo menos no caso do Brasil e de outros países da América Latina — o estabelecimento dos estudos de pós-graduação, o foco de preocupação destes, desde as suas origens, tem sido “a” comunicação (KUNSCH, 2013).

Especificamente no Brasil, os estudos de jornalismo vieram a alcançar maior protagonismo a partir da organização da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em 2003. Com cerca de 100 sócios fundadores, desde então executou-se uma série de propostas para alavancar a produção de conhecimento especializado: realização de conferências e premiações anuais para apresentação e reconhecimento dos trabalhos acadêmicos, lançamento da revista bilíngue *Brazilian Journalism Research* e de outros projetos editoriais, captação de recursos via agências de fomento nacionais e estaduais, parceria com redes internacionais de pesquisa etc.

Nessa onda de fazer emergir um campo de estudos autônomo, houve, em 2004, a criação do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), evoluído, em 2016, para a atual Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (ABEJ). A isso se somou a estruturação do primeiro programa de pós-graduação em jornalismo no país, em funcionamento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) — desde 2007 para mestrado e para doutorado desde 2013. Além de historicamente abrigar lideranças engajadas na defesa da autonomia científica da disciplina, o estabelecimento catarinense tem se destacado por incentivar frentes de trabalho ainda pouco exploradas nos departamentos da área, como a pesquisa aplicada (MACHADO; TEIXEIRA, 2016), bem como por dar continuamente a projetos de longa data, inclusive sobre as transformações no perfil profissional dos jornalistas (MICK; LIMA, 2013).

Ainda que as relações não sejam necessariamente de mão dupla, as iniciativas acima ensejam corroborar, é verdade, para a articulação entre as organizações acadêmicas e sindicais. Observa-se que existe tradicionalmente um alinhamento de propósitos entre a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, a Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo e a Federação Nacional dos Jornalistas, se considerarmos o que historicamente manifestam seus porta-vozes, tanto sobre a questão do curso superior específico em jornalismo, quanto sobre a do diploma universitário para o trabalho como jornalista (ver FENAJ, 2008).

Tal articulação, porém, não foi suficiente para manter a obrigatoriedade desse segundo item, fixado em 1969. Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou por oito votos a um a exigência de diploma para o exercício jornalístico no Brasil. Para o relator do caso, o ministro Gilmar Mendes, o decreto do diploma era inconstitucional, um produto da ditadura militar contra a liberdade de expressão. A seu entender, as próprias empresas de mídia deveriam exercer o mecanismo de controle de contratação de seus profissionais, uma vez que

em se tratando de jornalismo, atividade umbilicalmente ligada às liberdades de expressão e de informação, o Estado não está legitimado a estabelecer condicionamentos e restrições quanto ao acesso à profissão e respectivo exercício profissional. [...] Poderão as empresas de comunicação estipular critérios de contratação, como a especialidade em determinado campo do conhecimento, o que, inclusive, parece ser mais consentâneo com a crescente especialização do jornalismo no mundo contemporâneo (MENDES, 2009).

Em que pese serem uma minoria entre seus colegas, importantes acadêmicos identificados com a bandeira de esquerda e respeitados pelas entidades de classe não discordaram da decisão, a exemplo de Bernardo Kucinski e Eugênio Bucci. O primeiro professor aposentado da USP, colaborador do PT e jornalista com atuação da imprensa

alternativa; e o segundo, também professor da USP, ex-diretor de redação das revistas da Editora Abril e presidente da Radiobrás, durante o primeiro governo Lula (2003-2007). “Será que alguém que fez um curso de filosofia, de economia será mais correto ou mais incorreto no tratado da informação do que alguém do que alguém tem diploma de jornalismo?”, indagou Bucci (2012) ao ser questionado sobre o assunto.

Leonardo Sakamoto (2012), premiado jornalista de direitos humanos, argumentou em linha semelhante, dizendo que “ter um diploma em jornalismo não significa exercer a profissão com mais ou menos ética” e que “já passou do tempo de nossa categoria aceitar em seus sindicatos, em definitivo, quem não tem diploma”. Ele, que é professor do curso de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), via componentes de elitismo e exclusão social na antiga lei:

Conheci, andando por esse Brasil, muita gente que nunca viu um diploma, mas que é mais jornalista com um microfone de uma rádio comunitária na mão, fazendo um pequeno jornal mural ou com um pequeno blog de notícias do que alguns que passaram quatro anos nos bancos de universidades e hoje refestelam-se atrás de cartões de visita, bloquinhos timbrados e um nome conhecido — seja de redação grande ou pequena (SAKAMOTO, 2012).

Tal derrota no âmbito sindical foi, todavia, seguida por uma vitória no âmbito acadêmico-organizacional, quando as associações de professores e pesquisadores de jornalismo conseguiram que os cursos de jornalismo viessem a recuperar sua autonomia dentro das universidades. Graças a uma reformulação nas diretrizes curriculares nacionais pelo Ministério da Educação em 2013 — na época, governo Dilma Rousseff (2011-2016) —, os cursos de jornalismo de todo o país deixaram de ser uma habilitação do bacharelado de comunicação social e voltaram a constituir um grau independente, como era entre as décadas de 1950 e 1960.

A orientação foi aplicada aos 385 cursos de graduação em jornalismo em atividade no território nacional, que nos anos seguintes realizaram modificações na estrutura curricular e em seu corpo docente para se adequar pedagogicamente. Entre os participantes da reforma, Eduardo Meditsch argumentaria o seguinte:

A Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões. É também uma área acadêmica que engloba diversas disciplinas específicas, como ocorre também em outras áreas das ciências aplicadas como, por exemplo, a da Saúde, que reúne em seu âmbito as profissões (e respectivas disciplinas) de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia etc. Desta forma, seria inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe, assim como não existe uma profissão genérica de Saúde. (MEDITSCH, 2017, p. 102)

A despeito das conquistas dessa agenda, a pós-graduação seguiu se desenvolvendo em âmbito nacional sob o enquadramento da comunicação: são mais de 50 programas. Contudo, a UFSC permanece como a única instituição do país com um curso de doutorado especificamente em jornalismo. As outras exceções são a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que mantêm, respectivamente, um programa de mestrado acadêmico e outro

profissionalizante em jornalismo. A Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e o Centro Universitário FIAM-FAAM, que chegaram a criar seus programas de mestrado em jornalismo, todavia, vieram a fechá-los tempos depois, sendo este último desmantelado em 2018 (ASSIS, 2018).

Ao contrário dos programas de pós-graduação que se encontram estabelecidos em sua maioria nas instituições públicas estaduais e federais, as instituições privadas abrigam, em geral, o maior contingente de estudantes de graduação (LAGO; ROMANCINI, 2010), devido a diferentes políticas de regulamentação e incentivo para ampliação do acesso à educação superior nas últimas décadas. Todavia, por operarem muitas vezes meramente como negócios, esses estabelecimentos promovem com frequência reestruturações para se adequar às demandas de um mercado fragilizado pelas sucessivas crises econômicas, somadas à pandemia de Covid-19. Daí as recentes ondas de fechamento de cursos presenciais em prol do ensino a distância, assim como de demissão de docentes até mesmo nas faculdades mais tradicionais (RATIER, 2022).

No fim das contas, tanto o fim da exigência do diploma para exercício profissional de jornalista, quanto o desmembramento do bacharelado de comunicação em jornalismo, produziram efeitos no mínimo questionáveis. Primeiro, não há evidências que o fim da reserva de mercado tenha proporcionado melhores condições para os empreendimentos sérios de ensino de jornalismo, mediante a eliminação daqueles oportunistas, como previam seus defensores. Por outro lado, a cisão e a autonomização curricular, como articulado pelas associações de professores e pesquisadores em jornalismo, não são menos discutíveis em um contexto no qual a maioria dos formados são empregados cada vez menos em posições tipicamente de jornalistas e mais em empresas ou organizações que exigem conhecimentos e técnicas variadas de assessoria, marketing, computação etc.

5 Considerações finais

Como exposto ao longo do artigo, o caso brasileiro é marcado pelo paradoxo e idas e vindas de projetos de amplas reformas. Entre 1969 e 2013, houve tensões e dissenso em torno do enquadramento do jornalismo na comunicação, assim como houve resistências multilaterais à exigência de diploma universitário específico, defendida pelas organizações sindical e acadêmica. Contraditoriamente, a autonomia curricular do jornalismo foi aprovada pelo Ministério da Educação e imposta às universidades de todo o país depois de o Supremo Tribunal Federal ter julgado inconstitucional a exigência de diploma para a profissão de jornalista.

Ao contrário do que se costuma dizer, a “guerra” contra o diploma não foi movida homoganeamente por todo o “empresariado” de mídia, mas por algumas empresas e foi corroborada, mesmo que não intencionalmente, por jornalistas dos mais renomados, tanto do segmento hegemônico quanto do alternativo. Apesar das diferenças de ideias, acabaram muitos deles, em comum, por desqualificar a área de ensino profissional. Os comentários foram desde: “as escolas de jornalismo são ruins, assim como o ensino em geral no Brasil é ruim” (LINS DA SILVA, 2009); até: “eu estou vendo pelos currículos que as escolas de comunicação estão monopolizando a cabeça

do aluno durante quatro ou cinco anos sem colocar lá dentro um conteúdo que precisaria para ele ser jornalista” (KUCINSKI, 1986, p. 19).

Na opinião de outros contrários à obrigatoriedade do diploma (por exemplo, Bucci, 2012), com o fim da medida e, conseqüentemente, da reserva de mercado aos bacharéis de jornalismo, as conseqüências positivas seriam pelo menos duas. A primeira seria uma seleção natural pela qual “acabam os cursos ruins” e “somente os cursos que produzem um diferencial de formação, de teoria, de arsenal tecnológico e de pensamento irão sobreviver” (OLIVEIRA, 2008, p. 11). Ao mesmo tempo, uma vez que os futuros jornalistas teriam a liberdade para cursar qualquer graduação, poderia crescer o interesse pela pós-graduação em jornalismo. Isso abriria possibilidade para o desenvolvimento de programas profissionalizantes de mestrado de alto nível dentro das universidades brasileiras, seguindo o exemplo da Columbia Journalism School.

Mais de uma década após a derrubada da lei, não parece haver evidências concretas de que isso tenha implicado em qualquer melhora significativa para as faculdades de jornalismo, colocando as “conceituadas” em uma posição de vantagem. Diante de um cenário de crise, também as universidades privadas mais tradicionais realizaram cortes drásticos no corpo docente, adaptação dos cursos presenciais com mais horas de ensino a distância para baratear as operações. Já no âmbito da pós-graduação com enfoque em jornalismo, houve fechamento de dois dos três programas de mestrado profissional (ver COMPÓS, 2022). Ou seja, em contraste com o que era esperado por aqueles que previam no Brasil a reprodução do modelo da Pulitzer.

Por fim, ao julgar como antidemocrática a exigência de grau universitário para exercício profissional, esse grupo ignora efeitos benéficos que podem ter surgido. Algumas estudiosas veem, por exemplo, uma “relação intrínseca entre a obrigatoriedade do diploma e o processo de feminilização da profissão” (MORAES, 2020, p. 95). Desde a década de 1950, a desigualdade entre homens e mulheres tendeu a ser muito menor nas salas de aula dos cursos de jornalismo do que nas redações. Quando aplicada a regra da obrigatoriedade do diploma, pode-se argumentar que houve uma tendência desse quadro de maior equidade de gênero se refletir no mercado de trabalho, com as mulheres chegando a representar 64% dos profissionais em atividade no setor (MICK; LIMA, 2013).

Quanto à emancipação acadêmica do campo, o benefício para seus profissionais é no mínimo questionável, quando considerado o contexto atual, em que a maioria dos formados são contratados cada vez menos em posições exclusivas para jornalistas. Nesse sentido, o caso brasileiro parece ir na contramão do internacional, onde “as escolas de jornalismo procuraram profissionalizar a contingência, primeiro, desmantelando as fronteiras entre o jornalismo e outros campos, como o de relações públicas” (BESBRIS; PETRE, 2019: 17). Mas também se distancia das alternativas contra a tecnicização do ensino de jornalismo e a favor do resgate da cultura humanista, por meio de maior intercâmbio com as ciências sociais (ver NEVEU, 2014).

As reformas curriculares recentes vistas no Brasil, dependendo do ponto de vista que se adote, pode-se argumentar, aumentaram o descompasso entre os projetos de graduação e pós-graduação. Enquanto os cursos de bacharelado aparentemente se tornam mais segmentados — ou jornalismo ou em publicidade e propaganda etc. —, os programas de mestrado e doutorado caminham para a direção oposta, com foco

geral no que se denomina comunicação e, via de regra, sem “área de concentração” nem “linhas de pesquisa”, seja em jornalismo ou em outras atividades de mídia.

Enfim, o presente estudo de caso evidencia como não se efetiva necessariamente uma contínua superação das lacunas entre pesquisa acadêmica e exercício profissional, e ainda há muito o que se fazer não só no sentido de transacionar universidade e indústria, mas também, dentro das próprias faculdades de comunicação e cursos de jornalismo, visando articular graduação e pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. **A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, A. A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

ALBUQUERQUE, A. A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens. **Contracampo**, Niterói, n. 14, p. 73–92, 2006.

ASSIS, F. Fim. **Parágrafo**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 9–11, 2018.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. O jornalismo como profissão. **Boletim ABI**, Rio de Janeiro, n. 3, nov./dez. 1981.

BESBRIS, M.; PETRE, C. Professionalizing contingency: how journalism schools adapt to deprofessionalization. **Social Forces**, v. 98, n. 4, p. 1–24, 2019.

BUCCI, E. Eugênio Bucci é contrário à obrigatoriedade do diploma de jornalismo e diz que medida não melhora profissão. **Rádio Câmara**, ago. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/382626-eugenio-bucci-e-contrario-a-obrigatoriedade-do-diploma-de-jornalismo-e-diz-que-medida-nao-melhora-profissao/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998.

CARTA, M. Por ora, não precisamos de diploma. **Carta Capital**, 5 nov. 2001.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COMPÓS. COMPÓS e Coordenador de Área denunciam fechamento de Programa de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero. **Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2022. Disponível em: <https://compos.org.br/2022/12/compos-e-coordenador-de-area-denunciam-fechamento-de-programa-de-mestrado-da-casper-libero/>. Acesso em: 5 ago. 2024.

COSTA, C. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil, 1904-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CHRISTOFOLETTI, R. O jornalismo é uma profissão, sim! *In*: FENAJ (org.). **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002. p. 106–110.

DAROS, O. **História e conhecimento do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2024.

Dilemas da profissionalização e do ensino de jornalismo no Brasil

- DAROS, O. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a historiografia oitocentista da imprensa. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 16, n. 41, p. 1–28, 2023.
- DAROS, O. Seis décadas de CIESPAL: Troca de papéis e a formação de um campo latino-americano. **Chasqui**, Quito, n. 150, p. 161–175, 2022.
- FENAJ (org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Federação Nacional dos Jornalistas, 2008.
- FRIAS FILHO, O. Editores são contra exigência do diploma para jornalista. **Folha de S. Paulo**, 13 set. 1987.
- GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- HORA, M. **48 anos de jornalismo: memórias de um “Dromedário”**. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1959.
- KUCINSKI, B. Bernardo Kucinski: o jornalismo no Brasil é parte de um sistema de informação massificado e promíscuo. Entrevistadores: Dario Luis Borelli e Glória Kreinz. **Intercom**, v. 9, n. 55, p. 7–21, 1986.
- KUNSCH, M. M. K. **La comunicación en Iberoamérica**: políticas científicas y tecnológicas, posgrado y difusión de conocimiento. Quito: CIESPAL, 2013.
- LAGE, N. Quem são mesmo os privilegiados? **Boletim ABI**, 9 jul./ago. 1986.
- LAGO, C.; Romancini, R. Aspects of Journalism Education in Brazil. *In*: Josephi, B. (org.). **Journalism education in countries with limited media freedom**. Nova York: Peter Lang, 2010. p. 175–195.
- LINS DA SILVA, C. E. A formação dos jornalistas. **Observatório da Imprensa**, 2009. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-formacao-dos-jornalistas/>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- MEDITSCH, E. CIESPAL: progreso y problema del comunicólogo. **Chasqui**, Quito, n. 67, p. 70–74, 1999.
- MEDITSCH, E. No Brasil, o ensino universitário de Jornalismo retoma a identidade com a profissão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 14, n. 27, p. 100–111, 2017.
- MELLADO, C. (ed.). **Beyond journalistic norms**: role performance and news in comparative perspective. Londres: Routledge, 2020.
- MENDES, G. Relatório. **Conjur**, 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/voto-gilmar-mendes-e.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.
- MORAES, V. Monumentos do jornalismo brasileiro: Um estudo das condições de produção de biografias e memórias dos profissionais da imprensa (1970-2010). **Plural**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 86–119, 2020.
- MOREL, E. **A trincheira da liberdade: história da ABI**. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- MOURA, C. P. **O curso de comunicação social no Brasil**: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

- NEVEU, E. Revisiting narrative journalism as one of the futures of journalism. **Journalism Studies**, v. 15, n. 5, p. 533–542, 2014.
- NIXON, R. B. El panorama: de 1934 a 1969. *In*: CHEAR. **La enseñanza del periodismo en America Latina**. Nova York: Consejo de Educación Superior en las Republicas Americanas, 1970. p. 14–22.
- OLIVEIRA, I. B. Do profissional ao amador: a diversidade da mídia livre. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, 14 abr. 2008.
- ORNELAS, L. Editores são contra exigência do diploma para jornalista. **Folha de S. Paulo**, 13 set. 1987.
- PONTES, M. 1987. Editores são contra exigência do diploma para jornalista. **Folha de S. Paulo**, 13 set. 1987.
- RATIER, R. Cásper Líbero demite professores, fecha mestrado e revolta alunos. **UOL**, 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2022/12/17/casper-libero-demite-professores-fecha-mestrado-e-revolta-alunos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- RIZZINI, C. **O ensino do jornalismo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.
- ROXO, M. O jornalismo como etnia de graduados: profissionalismo, sindicatos e ditaduras. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p. 1–26. 2014
- RÜDIGER, F.; DAROS, O. O pensamento marxista e a teoria do jornalismo no Brasil. *In*: HOHLFELDT, A.; FINGER, C. (org.). **Interações comunicacionais**. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 13–34.
- SÁ, A. **O jornalista brasileiro**: Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, de 1946 a 1999. 2. ed. Fortaleza: Fund. Demócrito Rocha, 1999.
- SAKAMOTO, L. Sobre a obrigatoriedade do diploma para exercício do jornalismo. **UOL**, 2012. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2012/08/20/sobre-a-obrigatoriedade-do-diploma-para-exercicio-do-jornalismo/>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- TAVARES, C. Q.; XAVIER, C.; PONTES, F. S. Os jornalistas brasileiros em contextos de crises: uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. **E-Compós**, Brasília, v. 24, p. 1–21, 2021.
- ZELIZER, B. What to do About Journalism? Journalism and the International academic world. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 13–28, 2007.